

## » Entrevista | RODRIGO PACHECO | PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Senador critica o fato de partidos sem representatividade ajuizarem ação no STF e defende uma "cláusula de barreira". Parlamentar classifica como histórica a aprovação da Reforma Tributária e diz que trabalhará pelo fim do instituto da reeleição

# “É preciso um filtro de acesso à Suprema Corte”

» EVANDRO ÉBOLI

Depois de conduzir a votação da Reforma Tributária em dois turnos no plenário, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), demonstrou otimismo e defendeu urgência na tramitação do texto na Câmara para que a emenda constitucional seja promulgada ainda neste ano.

Ao contrário do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Pacheco vê com certa reserva a hipótese de que essa promulgação se dê pelo fatiamento de trechos em comum aos dois textos: o do aprovado na Câmara e o do Senado, como sugeriu Lira. Ele entende ser uma tese possível, e até cita que algo parecido se deu na Reforma da Previdência, mas, prudente, avaliou que a Reforma Tributária requer mais cuidado. “É uma engrenagem que não pode ser desmontada”, ponderou, em entrevista ao **Correio**.

O presidente do Senado foi convergente com Lira em outro tema. O senador também defende um “filtro”, uma “cláusula de barreira” que impeça que partidos com pouca representatividade acionem o Supremo Tribunal Federal (STF) para alterar leis e projetos aprovados pelo Congresso Nacional. O parlamentar revelou que está sendo estudada uma forma de votar uma medida nesse sentido.

“Há um excesso de ações que provocam o Supremo. A legitimidade para entrar com uma ação é muito ampla. É preciso restringir o acesso ao STF. Pensar que uma lei votada no Congresso Nacional pode ser questionada por um partido que representa uma minoria de poucos parlamentares, e que se possa fazer um terceiro turno no STF de algo eminentemente legislativo, é um equívoco. É preciso um filtro de acesso à Suprema Corte. Uma cláusula de barreira.”

Ainda sobre o STF, Pacheco defendeu a aprovação da emenda que restringe decisões monocráticas de ministros do tribunal. Essa PEC tramita no Senado e está pautada para ser votada no próximo dia 21. Se pudesse votar, o parlamentar disse que seria a favor. Presidente do Senado só vota em caso de desempate ou em votações secretas.

Na entrevista, Pacheco afirmou, ainda, que vai se dedicar, em 2024, a tentar aprovar o fim da reeleição para cargo executivo e estipular um mandato de cinco anos. “O país vive um estado permanente de eleição. É preciso acabar com o sentimento de que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas”, argumentou. A seguir, os principais trechos da entrevista:

### Como o senhor avaliou a aprovação da Reforma Tributária? Que ganhos trará para o país?

Foi um dia histórico para o Brasil, a aprovação de uma reforma desejada há mais de 40 anos. O sistema tributário precisava mudar, e essa será uma entrega muito importante para a sociedade. Temos a compreensão dessa importância. Vamos instituir o imposto único, acabando com a guerra fiscal, a cumulatividade, e tributando no destino. É positivo para o país. E dedicaremos 2024 a regulamentar a emenda, com leis complementares e ordinárias para instituir o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que representa a simplificação, a segurança jurídica.

### Foi uma votação apertada, com o governo até apreensivo. O que achou do placar (53 a 24)?

Considerando que há uma divisão política no país, achei previsível. Houve uma manifestação forte da oposição contra a reforma, que respeitamos, embora não concordemos. Não entenderam que se tratava de uma reforma muito desejada e importante de ser feita. Uma diretoria adotada em mais de 170 países no mundo. O imposto único é a essência e deveria ter a concordância de todos.

### O presidente Arthur Lira levantou a hipótese de se fatiar o texto, promulgando os trechos comuns dos dois textos. O que pensa disso?

A promulgação de partes comuns é, em tese, algo possível. Já foi feito na Reforma da Previdência. No entanto, a Reforma Tributária guarda uma sistematização, um item complementa o outro. É uma engrenagem que não pode ser desmontada com a supressão de determinados itens. Não vou fechar questão, nem que sim nem que não. Até porque isso foi ponderado pela Câmara. Não

quero fazer um contraponto negativo a isso. Em tese, numa reforma tributária, pode (o fatiamento) ter algum tipo de perplexidade ou de anormalidade se promulgar uma parte e deixar de promulgar outra. Mas não estou dizendo que seja impossível. Nós vamos ouvir a consultoria, a parte técnica da Câmara e do Senado e, sobretudo, os dois relatores.

### O ex-presidente Jair Bolsonaro trabalhou contra a aprovação da reforma, ligou para senadores e fez pressão. Acha que ele teve alguma influência?

Evidente que a manifestação de um ex-presidente da República, qualquer que seja, é algo a ser considerado. Em especial o ex-presidente Bolsonaro, que tem um grupo de adesão muito forte na Câmara e no Senado. Mas prevaleceu o entendimento de que chegou o momento de não mais conviver com o atraso da reforma. Isso extrapola as diferenças políticas, entre Lula e Bolsonaro. É uma pauta que interessa aos brasileiros.

### Mas a manifestação dele teve algum impacto?

Certamente. Talvez, se não houvesse a manifestação dele, tivéssemos mais votos no Senado. Deixo claro minha defesa da livre manifestação, do pensamento e do respeito à divergência, embora não concorde com ela. Infelizmente, por ser presidente, não pude votar. Mas, claro, votaria sim.

### O senhor teve um ruído com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que o acusou de fazer um serviço à direita ao pautar a PEC que veda decisões monocráticas no STF.

Quando se está na presidência e na chefia de um Poder, é exigido que se tenha equilíbrio e moderação e permitir que todos que integram o Legislativo tenham voz. Fiz isso no governo Bolsonaro, e agora também. É preciso permitir que

Fotos: Ed Alves/CB/DA.Press



Pensar que uma lei votada no Congresso pode ser questionada por um partido que representa uma minoria de poucos parlamentares, e que se possa fazer um terceiro turno no STF de algo eminentemente legislativo, é um equívoco”

“A PEC evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares. E sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer. Não se trata de um enfrentamento com o STF ou de retaliação”

a oposição faça valer suas iniciativas, que podem ser úteis ao Brasil. Não dá para ficar preso a essa divisão esquerda versus direita. Temos um mundo fora disso.

### E qual a opinião do senhor sobre essa proposta, de restringir decisões monocráticas do STF?

Se você olhar o cerne dessa PEC, vai concordar com a proposta. Evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados). E sancionada pelo

presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer. Não se trata de um enfrentamento com o STF ou de retaliação. É um aprimoramento do sistema jurídico. Se pudesse votar, meu voto seria sim, a favor. Pela minha formação jurídica, tenho simpatia, sim, por essa PEC. Acho importante para o STF que suas decisões que atingem outros Poderes sejam feitas pelo colegiado, e não por um ato exclusivo. Além dela, temos de pensar outros mecanismos de aperfeiçoamento do sistema judiciário.

### Quais, por exemplo?

Por exemplo, há um excesso de ações que provocam o Supremo. A legitimidade para entrar com uma ação é muito ampla. É preciso restringir o acesso ao STF. Pensar que uma lei votada no Congresso Nacional pode ser questionada por um partido que representa uma minoria de poucos parlamentares? E que se possa fazer um terceiro turno no STF de algo eminentemente legislativo, é um equívoco. É preciso um filtro de acesso à Suprema Corte. Uma cláusula de barreira. E

o desgaste recai, muitas vezes, para o Supremo, que foi provocado. Me incomoda muito o STF ser alçado a críticas constantes da sociedade em razão de decisões que toma, por vezes, invadindo a competência de outro Poder. Essa vulgarização das decisões do STF, a partir de uma compreensão da sociedade, é algo que precisamos corrigir. Não pode decidir tudo, caso de drogas, aborto, marco temporal. Essas são decisões do Congresso.

Continua na página 4



Foi um dia histórico para o Brasil, a aprovação de uma reforma desejada há mais de 40 anos. O sistema tributário precisava mudar, e essa será uma entrega muito importante para a sociedade”